

CONTROLE FINANCEIRO: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE TRÊS CORAÇÕES/MG

AMANDA ANTONÂNGELO DE MELO
UNIFAL
amanda_antonangelo@yahoo.com.br

LEANDRO LIMA RESENDE
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
lecontabeis@yahoo.com.br

JOÃO PAULO DE BRITO NASCIMENTO
Universidade Federal de Alfenas
joao.nascimento@unifal-mg.edu.br

FRANCIANE DE OLIVEIRA ALVARENGA
Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL-MG
franciane.alvarenga@unifal-mg.edu.br

Área Temática: Finanças - Planejamento e controle financeiro

CONTROLE FINANCEIRO: PERCEPÇÃO DOS GESTORES DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE TRÊS CORAÇÕES/MG

Resumo

A utilização inadequada das informações financeiras pode prejudicar o desempenho das empresas, por isso, buscou-se com este trabalho verificar as características do controle financeiro das micro e pequenas empresas - MPEs de Três Corações Minas Gerais. Neste sentido, foi realizado um estudo de caráter descritivo, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado em 101 (cento e uma) MPEs, respondido pelos gestores. Verificou-se com esta pesquisa que, apesar da maioria dos gestores saberem da importância do controle financeiro, muitos não utilizam os procedimentos necessários para garantir a eficácia na tomada de decisões, além de não possuírem um controle de recebimento de vendas e de contas a receber, o que pode gerar problemas de liquidez, facilitando o aumento do índice de clientes insolventes e gerando informações incoerentes para a elaboração do fluxo de caixa. Assim, entende-se que os gestores das MPEs ainda precisam de auxílio para colocar em prática os instrumentos necessários para o planejamento dos negócios.

Palavras-chave: Controle financeiro. Micro e pequenas empresas. Três Corações/MG.

Abstract

As the poor management of financial information can harm the performance of companies, so it has been analyzed financial control characteristics of micro and small enterprises - MSEs of the Três Corações, Minas Gerais. To achieve this goal, a descriptive study was conducted by applying a semi-structured questionnaire in 101 (a hundred one) MSEs, it was answered by managers. The conclusion of this research is that although most entrepreneurs know the importance of financial control, many of them do not use the necessary procedures to ensure the effectiveness of its decision-making. We found out that most of them don't have a sales control and accounts receiving, generating liquidity problems, allowing the increase of insolvent client index and generating inconsistent information for the preparation of cash flow. Therefore, small entrepreneurs still need help to use necessary tools for business planning.

Keywords: Financial control. Micro and small business. Três Corações/MG.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Oliveira *et al.* (2000), a Contabilidade surgiu da necessidade de se conhecer e controlar a riqueza dos controladores do patrimônio, registrando todos os fatos ocorridos na organização e as consequências geradas através das relações de troca realizadas pela mesma.

Para estes autores, a Contabilidade além de fornecer informações sobre as entradas e saídas que ocorrem no patrimônio das empresas, possibilita a realização de análises, controle e planejamento futuro da empresa, sendo uma importante ferramenta para os gestores.

Entretanto, Ueno e Casa Nova (2006) acreditam que, atualmente, a maioria dos pequenos e médios gestores não se utiliza da Contabilidade como uma ferramenta de apoio à tomada de decisões, mas a veem apenas como informações necessárias às exigências fiscais.

Ainda de acordo com estes autores, os contadores não possuem o mesmo foco nas técnicas eficazes da Contabilidade nas micro e pequenas empresas quando comparado com as de grande porte, evidenciando, também, uma lacuna na literatura entre a teoria e prática deste tema voltado para este porte empresarial.

Para Kos *et al.* (2011) a informação contábil é imprescindível em qualquer segmento, independente do porte da empresa, bem como em qualquer função gerencial ou operacional, e se a empresa não utiliza as informações de forma eficiente, não tomará decisões oportunas.

Nesse sentido, Alves *et al.* (2012) acreditam que a utilização da Contabilidade é indispensável, pois o descontrole financeiro, contábil e gerencial pode gerar um grave problema social, já que pode levar ao fechamento da empresa, elevando o nível de desemprego e, conseqüentemente, afetando a economia nacional.

É importante ressaltar que, conforme Oliveira *et al.* (2000), a Contabilidade só cumpre seu papel se tiver as características fundamentais à administração, como: ser útil, oportuna, clara, íntegra, relevante, flexível, completa, preditiva e direcionada à gerência do negócio. Desta forma, ainda de acordo com os autores, além de gerar informações, a Contabilidade será capaz de explicar as mutações patrimoniais, possibilitar a realização de análises e servir como base para as projeções futuras da empresa, entre outras funções.

Assim, para Ueno e Casa Nova (2006), é preciso que haja uma maior divulgação da importância da Contabilidade e seus reais objetivos, aproximando o contador da gestão das empresas para modificar a percepção do gestor do que é Contabilidade e qual a sua utilidade na gestão do negócio.

Complementando, Rittenberg *et al.* (2012) acreditam que fazer um controle interno de qualidade sobre relatórios financeiros faz parte do compromisso da empresa com a boa governança, já que os processos de controle interno lidam com os riscos que estão presentes entre a empresa e a realização de seus objetivos, como falha corporativa, mau uso dos ativos corporativos ou preparação incorreta ou incompleta de informações financeiras. Segundo os autores, os controles internos fornecem garantia razoável para alcançar informações de Contabilidade Financeira confiável, cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e fazer com que a empresa opere de forma eficiente e eficaz.

Por estes motivos, o controle financeiro está diretamente relacionado com a Contabilidade, pois, de acordo com Bragg e Burton (2006), a necessidade do controle é impulsionada pelo impacto do seu custo e interferência no processo produtivo da empresa, possibilitando a detecção de erros antecipadamente para que sejam corrigidos em tempo hábil, como reconciliações bancárias ou erros na contabilização de ativos.

Desta forma, tem-se como problema de pesquisa: as micro e pequenas empresas utilizam do controle financeiro nos seus processos de gestão?

No intuito de responder este problema, o objetivo deste estudo é verificar as características do controle financeiro das micro e pequenas empresas de Três Corações/MG, bem como identificar aspectos relacionados às políticas de pagamentos, recebimentos e planejamento financeiro das MPEs tricordianas.

Este trabalho se faz pertinente porque o controle financeiro é relevante para as empresas que buscam a eficiência de seu negócio e tem-se entendimento que o mau gerenciamento das informações financeiras pode prejudicar o desempenho das empresas.

Oliveira *et al.* (2000) destacam que as pequenas empresas, na sua maioria, não planejam nem a curto e nem a longo prazo, fazendo com que as técnicas adotadas tentem corrigir os problemas quando estes aparecem ao invés de tentar prevê-los ou, até mesmo, evitá-los.

Para estes autores, existem vários instrumentos orçamentários simples que podem ser utilizados na gestão destas empresas, como o fluxo de caixa, por exemplo, que pode auxiliar na confecção do orçamento e prever futuras entradas e saídas de recursos da empresa. Entretanto, eles afirmam que as pequenas empresas, geralmente, não fazem previsões orçamentárias e que estes instrumentos são equivocadamente dispensados pelos gestores.

Sendo assim, este trabalho está dividido em quatro seções, além dessa introdução. Primeiramente, está estruturado o referencial teórico sobre as micro e pequenas empresas brasileiras, controle financeiro e sobre a inadimplência dos clientes. Posteriormente, na apresenta-se a metodologia adotada, que é sucedida pelas análises e discussão dos dados. Por fim, são apresentadas as considerações finais e as referências utilizadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 As Micro e Pequenas Empresas Brasileiras

Consideram-se como Micro e Pequenas Empresas (MPEs), de acordo com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, a sociedade empresária ou simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (microempresa) ou entre R\$ 360.000,01 e R\$ 3.600.000,00 (empresa de pequeno porte). (BRASIL, 2006).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2012) utiliza como critério de classificação de porte de empresa o número de empregados, estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Critérios de classificação do porte das empresas por número de empregados

Setor	Classificação	Número de Funcionários
Indústria	Microempresa	Até 19 empregados
	Pequena Empresa	De 20 a 99 empregados
Comércio e Serviços	Microempresa	Até 9 empregados
	Pequena Empresa	De 10 a 49 empregados

Fonte: Adaptado de SEBRAE (2012).

Ressalta-se, ainda, a classificação de porte de empresa adotada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDES), na qual se considera como microempresa aquela que tem uma receita operacional bruta anual menor ou igual a R\$ 2,4 milhões e como pequena empresa aquela que tem uma receita operacional bruta maior que R\$ 2,4 milhões e menor ou igual a R\$ 16 milhões. (BNDES, 2015).

Para as MPEs está regulamentado um regime de tributação especial, denominado Simples Nacional. Segundo o SEBRAE (2012), o Simples Nacional é o regime de tributação voltado para micro e pequenas empresas para pagamento unificado de tributos de forma mais simplificada juridicamente, onde o faturamento anual, excluindo as deduções legais, não pode ser superior à R\$ 3.600.000,00. Entretanto, essas empresas ainda podem optar pelo lucro real ou pelo lucro presumido.

Nesse sentido, o SEBRAE ainda caracteriza o lucro real como aquele baseado na renda apurada de acordo com registros contábeis e fiscais e o lucro presumido como uma forma de tributação baseado no imposto de renda e na contribuição social sobre o lucro líquido daqueles que não forem obrigados a utilizar o regime anterior.

O governo promove esse incentivo fiscal porque, segundo Everton Junior (2014), as MPEs são muito importantes na economia, pois produzem e disponibilizam bens e serviços finais gerando emprego e renda por todo o país. Dessa forma, influenciam o desenvolvimento local, resultando no crescimento brasileiro. Ainda de acordo com o autor, as MPEs brasileiras correspondem por 98% dos negócios e já se inserem com 27% do produto doméstico, crescendo cada vez mais.

Alves *et al.* (2012) afirmam que, apesar do governo facilitar o regime de tributação para as micro e pequenas empresas, através do Simples Nacional, há uma enorme burocracia para se iniciar uma empresa deste porte, além das dificuldades para o acesso ao crédito e à tecnologia e à captação de recursos, pois quando estas empresas iniciam suas atividades elas não dispõem de recursos financeiros e tecnológicos suficientes.

De acordo com Kos *et al.* (2011), as MPEs têm uma enorme relevância no cenário econômico nacional, sendo responsáveis por grande parte dos postos de trabalhos, além de representarem uma fatia considerável da economia do país. Por este motivo, Vianna e Gonçalves (2011) consideram que todas as MPEs necessitam de uma boa gestão financeira, organizada e que possua profissionais com qualidade para administrá-las. Muitas destas empresas no Brasil têm como proprietários pessoas que não procuram obter informações sobre o mercado em que sua empresa atua, resultando tanto na falta de estratégias para não só manter, mas também atrair novos clientes, quanto no alto índice de inadimplência dos mesmos. (EVERTON JUNIOR, 2014; VIANNA; GONÇALVES, 2011).

Sales e Meirelles Júnior (2013) acreditam que a utilização de um plano de negócios permite que o gestor obtenha informações detalhadas de todas as atividades que compõem a sua empresa. Os autores ainda destacam que esse plano direciona o objetivo da empresa ao atuar no mercado e quais estratégias devem ser adotadas para que sua atuação reduza os riscos de possível prejuízo ou falência da empresa.

Além do plano de negócios, as MPEs, com o avanço e massificação da tecnologia, podem contar com diversas ferramentas que facilitam sua gestão, como planilhas eletrônicas de controle que possibilitam informações necessárias para exercer suas atividades com rapidez e eficiência. Para Sales e Meirelles Júnior (2013), o uso da internet acelera a integração entre fornecedores e clientes e se torna cada vez mais uma condição necessária na atualidade, já que proporciona maior competitividade, velocidade e baixo custo.

Complementando, Alves *et al.* (2012) discorrem que toda empresa objetiva se manter competitiva no mercado, no entanto, para alcançar esse objetivo se torna necessário um plano de apoio ao desempenho das ações e a tomada de decisões. Para os autores, a continuidade e o sucesso da empresa, especialmente das MPEs, dependem da forma pela qual é feito o planejamento e a execução do controle financeiro das empresas.

2.2 Controle Financeiro

Friedrich (2005) afirma que é por meio do controle financeiro e da análise do fluxo de caixa que o gestor saberá da sua capacidade de geração de recursos e de como agir para não ficar em débito com seus fornecedores e funcionários. O autor, também, afirma que ao avaliar a capacidade de financiamento com capital próprio e de terceiros é possível atingir o efetivo potencial da empresa para implementação de investimentos, financiamentos, distribuição de lucros ou pagamento de dividendos, permitindo que seja alcançada a melhor decisão sobre os excedentes de caixa para administração da empresa.

O fluxo de caixa apresenta, para Friedrich (2005), os registros e os controles decorrentes da movimentação financeira, ou seja, as entradas e saídas dos recursos financeiros que ocorreram em um determinado intervalo de tempo. Desta forma, ele se apresenta como um dos instrumentos mais eficientes do controle financeiro, onde o gestor poderá tomar a melhor decisão a respeito da aplicação dos seus recursos, avaliando se, durante o período da tomada de decisão, haverá excedentes ou escassez de recursos, reduzindo o risco de insolvência da organização.

Considera-se que, para um planejamento do fluxo de caixa eficiente, é necessário que os empreendedores estejam sempre atentos ao mercado, para que identifiquem com facilidade fatores que possam alterar seu capital de giro como redução de vendas e crescimento da inadimplência. (FRIEDRICH, 2005).

Entretanto, além da importância da análise do fluxo de caixa, é importante que o gestor tenha um controle do capital de giro necessário para as atividades da empresa. Para Zouain (2011), as principais dificuldades encontradas nas MPEs relacionadas ao controle do capital de giro são: a escassez de recursos financeiros, a falta de aquisição de equipamentos adequados e a dificuldade em obter a matéria-prima necessária, já que os gestores além de não disporem, muitas vezes, de recursos para investir no empreendimento, também são prejudicados por suas produções de pequena escala, que podem não ser muito atrativas para os fornecedores.

Além disso, deve-se manter um nível equilibrado de recursos financeiros alta liquidez, para que não haja problemas no pagamento das transações financeiras diárias. Logo, quanto melhor for a gestão do fluxo de caixa, menor será o seu nível de caixa, pois já serão conhecidas as necessidades financeiras da organização.

Alves *et al.* (2012) afirmam que o controle proporciona a satisfação no resultado e pode ser classificado como interno e externo. O controle interno assegura a confiabilidade das informações e dos resultados. Já o controle externo garante a agilidade nas melhorias dos resultados da empresa. Ou seja, para estes autores o controle financeiro é uma ferramenta essencial na geração de informações para que as decisões gerenciais não comprometam o futuro dos negócios.

Por outro lado, Bragg e Burton (2006) destacam que o controle financeiro, também, é importante para que o gestor possa detectar e corrigir as perdas mais temidas: as fraudes deliberadas pelos empregados. Os autores destacam os oito tipos mais comuns delas como sendo:

- a) Caixa e roubo de investimento, onde o foco do controle deve ser sobre a movimentação de fundos investidos;
- b) Abuso na conta de despesas, na qual se pode solicitar o reembolso de itens não aprovados;
- c) Relatórios financeiros deturpados, que apesar de não haver ativos a serem roubados, a falsificação de informações financeiras já consiste em uma fraude;
- d) Roubo de ativos fixos, como computadores, por exemplo, que podem ser roubados e depois revendidos;
- e) Inventário e roubo de suprimentos, pelo qual é facilmente possível remover itens do estoque, por isso é tão importante o controle contínuo do mesmo;
- f) Falta de pagamento de adiantamentos, cujos funcionários que necessitam de adiantamentos, por exemplo, para viagens, muitas vezes não conseguem pagar de volta o valor anteriormente solicitado à empresa;
- g) Compras para uso pessoal, neste caso os funcionários que tem acesso a cartões de crédito da empresa podem fazer compras de produtos destinados para consumo próprio de suas residências;

h) Fornecedor de propinas, por meio do qual os funcionários da equipe de compras podem fazer negócios paralelos com os fornecedores da empresa para compras em troca de pagamentos de propinas.

Problemas de fraude existem e, de acordo Bragg e Burton (2006), podem ser intensificados nas empresas que não possuem instrumentos de controle financeiro e operacional. E, quanto mais complexa a estrutura organizacional da empresa, mais difícil se torna a detecção das fraudes e, dessa forma, o controle do gestor deve ser mais ativo e eficaz.

Ressalta-se que, além do controle para evitar desfalques internos na empresa, é importante que o gestor analise o perfil dos seus clientes, para que a empresa não seja prejudicada com a inadimplência dos mesmos e gere problemas no seu fluxo financeiro.

2.3 Inadimplência dos Clientes

Todas as empresas, independentemente do porte, buscam maximizar sua riqueza e, por isto, as informações fornecidas com os instrumentos de controle financeiro são inevitáveis para o sucesso do negócio. De acordo com os estudos de Oliveira (2004), muitos gestores de pequenos negócios reclamam da falta de controle dos custos, da dificuldade em estabelecer o preço de venda dos produtos e do desconhecimento que eles têm em relação à contribuição desses produtos para o lucro total.

Para Oliveira (2004) saber determinar o preço de venda é essencial para a sobrevivência da organização, já que é a partir das vendas dos produtos e serviços que são gerados os recebíveis necessários à sua manutenção. Sendo assim, o autor destaca outro instrumento que o pequeno gestor deve estar atento: o ciclo operacional, que mostra o tempo decorrido entre a compra e o recebimento da venda da mercadoria ou produto. Neste ciclo, quanto menor for o tempo decorrido entre estas operações, melhor é a situação da empresa, pois gera maior liquidez no caixa e diminui a dependência de terceiros para financiar suas operações.

Por este motivo, fica evidente que os gestores devem acompanhar atentamente o perfil de seus clientes, para que o saldo devedor não traga prejuízos ao seu ciclo operacional. Matias *et al.* (2006) distinguem os devedores em inadimplentes e em insolventes, onde os inadimplentes são os que atrasam a quitação da dívida, em até 90 dias, mas não deixam de efetuar-la; já os insolventes são aqueles que atrasam o débito em mais de 90 dias ou que não cumprem com o compromisso financeiro.

Segundo um estudo sobre o Perfil Regional de Endividamento e Inadimplência em 2013, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 62,5% das famílias brasileiras declararam ter dívidas e 6,9% declararam que não teriam condições de pagar essas dívidas. Ainda de acordo com este estudo, apenas na região sudeste, 56,3% das famílias se consideram endividadas, 18,8% dizem ter contas em atraso e 7,2% já assumem que não terão como arcar com estas dívidas. Apesar dos números alarmantes, esta região foi a que apresentou a menor proporção de famílias endividadas e de famílias com contas em atraso. Além disso, foi a região que teve os menores índices de inadimplência.

Apesar de haver um conjunto de fatores que causam a inadimplência e a insolvência, como o desemprego, a queda na renda, os imprevistos pessoais e a falta de controle financeiro, por exemplo, o empreendedor deve estar atento ao seu público alvo, já que, dependendo do momento econômico da empresa, um alto índice de inadimplência pode acarretar no insucesso do negócio.

Assim, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais - FECOMÉRCIO/MG (2015), para evitar a inadimplência na empresa o empresário pode: analisar as épocas do ano de maior inadimplência e planejar sua liberação de créditos para cada época; estimular a venda á vista ou no cartão de crédito, pois apesar das

taxas administrativas do cartão é uma maneira segura de receber a venda; e realizar a consulta no SPC e SERASA, para ter a análise do perfil do consumidor antes da liberação do crédito.

Desta forma, acredita-se que a empresa deve instituir um sistema de crédito e cobrança rigoroso, onde haja um acompanhamento das vendas à prazo durante todo o período até o pagamento, para que a insolvência não exceda a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa do empresário.

Enfim, para alcançar o objetivo proposto para esta pesquisa, apresenta-se, a seguir, além da metodologia utilizada neste estudo, uma análise e discussão dos resultados, onde buscou-se identificar, através da comparação das informações colhidas, se as informações econômico-financeiras são utilizadas no processo de tomada de decisão, visando entender, de maneira geral, como é realizada a gestão do fluxo de caixa nestes empreendimentos. Além disto, ainda investigou-se se os gestores se previnem do risco da insolvência dos clientes, questionando-os sobre como é realizado o controle dos recebimentos, quais os prazos de pagamento que são concedidos, entre outros.

3. METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo deste estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva, na qual se buscou identificar as características de controle financeiro das MPEs do município de Três Corações, por meio de um levantamento de campo junto aos gestores desses empreendimentos.

Segundo Gil (2010), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência. E, para o autor, uma pesquisa por levantamento de campo se baseia na interrogação direta das pessoas sobre o problema estudado para obter, após a análise das informações colhidas, as conclusões do estudo realizado.

Como etapa do estudo, foi pedido à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG de Três Corações os dados das MPEs da cidade. Foram identificadas 904 empresas que se enquadram nessa classificação pelo critério da Lei Complementar n.º. 126/2006.

Sendo assim, para delimitar a amostra aleatória deste trabalho, realizou-se uma estimativa de proporção populacional, calculado a um intervalo de confiança de 95% e um erro máximo de estimativa de 10%, a saber:

$$n = \frac{(Z \alpha / 2)^2 \cdot \sigma}{E^2}$$
$$\underline{n} = \frac{(1,96)^2 \cdot 0,25}{0,10^2} = 96,04 = 97 \text{ (arredondado para cima)}$$

Com base nessa estimativa amostral, buscou-se analisar pelo menos 97 (noventa e sete) micro e pequenas empresas, utilizando-se de um questionário semiestruturado com 26 (vinte e seis) questões, adaptado dos trabalhos de Nascimento *et al.* (2010), Oliveira (2004) e Ueno e Casa Nova (2006).

De acordo com Gil (2010), o questionário é uma técnica que busca obter informações sobre os conhecimentos, as crenças, os interesses e as expectativas das pessoas investigadas. Apesar de atingir um grande número de pessoas, não ter um custo muito alto com a aplicação, entre outros, o questionário também apresenta limitações, como explicações ao informante quando este não entende corretamente as questões, a falta de garantia de que as pessoas devolvam o questionário devidamente respondido, entre outros.

Destaca-se que foram distribuídos 181 (cento e oitenta e um) questionários em pequenos empreendimentos, considerando que alguns questionários poderiam não ser respondidos, situados no centro e em bairros próximos ao centro da cidade. O período de aplicação dos questionários foi de 13 e 30 de maio de 2015, sendo que o instrumento de coleta

de dados foi direcionado aos proprietários que fossem responsáveis pela gestão financeira ou empregados com essa atribuição.

Dos questionários aplicados, foram obtidas 101 (cento e uma) respostas, portanto sendo essa a amostra final, que se manteve válida. Assim, os resultados obtidos por meio da pesquisa são apresentados na seção, a seguir.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 Perfil das Empresas e dos Gestores

Na primeira parte do questionário, buscou-se identificar características sobre o ramo de atuação, o número de empregados e o porte da empresa de acordo com o faturamento, buscando verificar se as mesmas estavam de acordo com o objeto de estudo do trabalho. As informações coletadas são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil das empresas

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Ramo de Atuação	Comércio	84	83%
	Serviços	12	12%
	Indústria	5	5%
Nº. de Funcionários	Até 05	81	80%
	06 - 09	14	14%
	10 - 20	06	6%
Porte das Empresas por Faturamento	Microempresa	80	79%
	Pequena	21	21%
Abrangência de Mercado	Local	90	89%
	Nacional	11	11%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Conforme os dados da Tabela 2, a maioria das empresas, totalizando 84, é comercial e 94% das empresas analisadas se enquadram, de acordo com a classificação do setor de comércio e serviços do SEBRAE, como microempresas, sendo que 81 delas possuem até 05 funcionários. Segundo a Lei Complementar 123/2006, 79% das empresas são consideradas microempresas e 21% são se enquadram como de pequeno porte.

A maioria das empresas, totalizando 90, atua no mercado local. Entretanto, Oliveira (2004) acredita que o desenvolvimento no setor é relevante, pois há um firme crescimento no número de MPEs que aumenta sua representatividade na geração de emprego e renda. Assim, espera-se que com uma gestão adequada estas empresas tenham capacidade de atingir o mercado nacional e, até mesmo, internacional.

Posteriormente, investigou-se sobre o perfil dos gestores das MPEs estudadas, apresentando o resultado na Tabela 3.

Tabela 3 - Perfil dos gestores das MPEs

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Perfil do Gestor	Proprietário	87	86%
	Membro da Família	8	8%
	Contratado	6	6%
Nível de Escolaridade	Ensino Superior	50	49%
	Ensino Médio	39	39%
	Ensino Fundamental	12	12%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Conforme os dados apresentados na Tabela 3, 86% das MPEs são administradas por seus proprietários. Oliveira (2004) e Nascimento *et al.* (2010) afirmam em seus estudos que uma das principais causas da alta mortalidade das empresas no Brasil estão fortemente relacionadas a falhas gerenciais na condução dos negócios. Por isso, segundo Oliveira (2004) é importante que os gestores respeitem o princípio da entidade, que retrata sobre a autonomia patrimonial, ou seja, a necessidade da diferenciação entre o patrimônio particular dos patrimônios existentes pertencentes ao proprietário ou sócios das empresas. Isto é, as finanças da empresa e as finanças da família devem ser geridas de forma independentes.

Em relação ao grau de escolaridade, 50 gestores possuem ensino superior, mas ao questionar qual a área de graduação dos que possuem ensino superior, percebeu-se que, das 20 respostas obtidas, 3 são farmacêuticos, 2 são enfermeiros, 3 são psicólogos, 1 é médico veterinário, 1 é advogada, 8 são administradores e 2 são contadores.

Para Nascimento *et al.* (2010), o conhecimento que um gestor possui sobre a área que ele administra é muito importante. Corroborando, Oliveira (2004) entende que o elevado conhecimento do negócio é apontado como um dos fatores de sucesso dos empresários, já que refletem a preparação e a competência do gestor para gestão.

Quanto ao perfil, percebe-se que os gestores não dispõem de formação técnica para as tomadas de decisão, em geral atribuídas a administradores, economistas e contadores. Ressalta-se que, não necessariamente, os outros sejam incapazes de gerir seus empreendimentos, contudo pessoas que detêm uma formação mais especializada são, em geral, mais viáveis para a condução dos negócios.

4.2 Características do Controle Financeiro nas MPEs

Na primeira parte deste bloco do questionário, buscou-se verificar os conhecimentos dos gestores na área financeira e no gerenciamento de estoque, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Características financeiras gerais da MPEs

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Função Exclusiva de Gestor Financeiro	Sim	27	27%
	Não	74	73%
Especialização na Área Financeira	Sim	15	15%
	Não	12	12%
	Não possui gestor financeiro	74	73%
Conhecimento sobre as Saída de Caixa	Sim	98	97%
	Não	3	3%
Utiliza Gerenciamento de Estoque	Sim	56	55%
	Não	45	45%
Período do Inventário	Periódico	32	32%
	Permanente	24	24%
	Não realiza	45	44%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os dados expostos na Tabela 4 demonstram que dos 101 pequenos empreendimentos entrevistados 73% deles não possuem um gestor exclusivo para esta área, no entanto 97% dos entrevistados dizem conhecer o montante de sua saída de caixa. Para Vianna e Gonçalves (2011), este conhecimento é muito importante para a gestão financeira de uma MPE.

Em relação ao gerenciamento de estoque, apenas 55% utilizam algum modelo de gerenciamento de estoque. Ressalta-se que, dentre as 45% que não gerenciam estoques, pode haver empresas que não necessitam deste procedimento, por não trabalharem com estoque, mas os dados quanto a isto não foram divulgados. Complementando a questão anterior, buscou-se verificar se o inventário dos estoques é periódico ou permanente e, caso seja periódico, em qual período do corrente ano foi utilizado, e observou-se que 32% das empresas realizam inventário periódico, na qual apenas 26 responderam o período do mesmo, sendo: 1 com inventário diário; 1 com inventário semanal; 2 com inventário mensal; 2 com inventário trimestral; 6 com inventário semestral; e, finalmente, 14 com inventário anual.

Na segunda parte, verificou-se as formas de recebimento utilizadas e como é feita a análise para concessão de créditos, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Formas de recebimento e análise para concessão de crédito

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Tipo de recebimento mais utilizado	À vista	39	39%
	Cheque	4	4%
	Cartão de crédito	25	25%
	À vista e cartão de crédito	18	17%
	Crediário, carnês e boletos	5	5%
	Diversificado	10	10%
Análise para concessão de crédito	Sim	51	50%
	Não	50	50%
Fontes de informação de crédito	SPC	18	17%
	SERASA	10	10%
	SPC e SERASA	11	11%
	SPC e Outros	1	1%
	Outros	8	8%
	Todos	3	3%
Limite de crédito	Não utiliza	50	50%
	Sim	70	69%
	Não	31	31%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De acordo com a Tabela 5, 39% das empresas têm recebimentos das vendas a vista, que, de acordo com o FECOMÉRCIO/MG (2015), este, juntamente com o cartão de crédito, são os dois meios de pagamento ideais para o mundo moderno, que além de assegurar a liquidez da empresa, reduz o risco de inadimplência. Além disso, 51 empreendimentos fazem uma análise de concessão de crédito do possível cliente, onde 17% das empresas utilizam para esta análise a consulta ao SPC. A FECOMÉRCIO/MG (2015) ainda informa que possui parceria com o Serasa Experian e, por isso, estas empresas que não utilizam os serviços de proteção ao crédito, devem passar a fazê-lo para se prevenir dos riscos da insolvência.

Complementando, em relação ao limite de crédito, 69% dos empreendimentos estabelecem algum tipo de limite de crédito aos clientes, entretanto 32% empresas que estabelecem este limite de crédito aos clientes não sabem o critério utilizado para adotar tal medida, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Critério para limite de crédito aos clientes

ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Potencial de Pagamento	13	13%
Referências de Mercado	5	5%
Histórico de Inadimplência	6	6%
Outros	7	7%
Potencial de Pagamento e Histórico de Inadimplência	1	1%
Potencial de Pagamento e Referências de Mercado	2	2%
Referências de Mercado e Histórico de Inadimplência	1	1%
Todos	2	2%
Não sabe responder	33	32%
Não estabelece limite	31	31%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Já na terceira parte, questionou-se sobre o planejamento em relação ao controle de pagamento e de recebimento da empresa, conforme apresentado na Tabela 7.

Tabela 7 – Informações para o Controle Financeiro e Planejamento Empresarial

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Prazo de recebimento dos clientes	Até 30 dias	33	33%
	35 - 90 dias	16	16%
	Acima de 120 dias	14	14%
	Não sei responder	38	37%
Controle de recebimento	Fichas Manuscritas	42	41%
	Informatizado	32	32%
	Ambos	3	3%
	Nenhuma	24	24%
Prazo médio dos fornecedores	Até 30 dias	44	43%
	35 - 90 dias	27	27%
	Acima de 120 dias	5	5%
	Não sei responder	25	25%
Conhecimento do capital de giro	Sim	83	82%
	Não	18	18%
Utiliza demonstrativos financeiros	Não utiliza	71	70%
	DRE	17	17%
	BP	12	12%
	Ambos	1	1%
Planejamento da empresa	Sim	76	75%
	Não	25	25%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Por meio da Tabela 7 é possível observar que, das empresas entrevistadas, 37% não sabem qual é o prazo máximo de pagamento concedido aos clientes e 42 empresas ainda fazem seu controle de recebimento por meio de fichas manuscritas. Entende-se que o sistema informatizado, principalmente quando fazem parte de algum sistema integrado da empresa, é a melhor alternativa para este tipo de controle, pois além de facilitar o acesso a estas informações, proporciona menos rasuras e possibilidade de fraudes do que as fichas manuscritas que, dependendo da quantidade de clientes, pode dificultar o acesso às informações e a descoberta de fraudes por parte dos funcionários.

Quanto ao prazo de pagamento aos fornecedores, percebe-se que 43% dos pequenos empreendedores conseguem um prazo médio de pagamento junto aos fornecedores de até 30 dias. Supõe-se, neste caso, que por se tratar de MPÉs, com uma estrutura familiar, atuação basicamente no mercado local, ou pelo valor das compras não serem elevados, a maior parte

dos prazos concedidos pelos fornecedores são baixos, sendo apenas 5 empresas privilegiadas com um prazo de mais de 120 dias.

Sobre o capital de giro, 82% dos gestores dizem conhecer a real necessidade das empresas, mas acredita-se, com base nas perguntas anteriores, que este resultado não se confirma, pois, se não há controle de recebimento, controle de pagamento e desconhecimento dos prazos concedidos nestas operações, é difícil saber a real necessidade de capital de giro da empresa tanto no curto quanto no longo prazo, já que não existem informações fidedignas para que possa ser feito projeções neste sentido.

Confirmando esta análise, 71 empresas dizem que não utilizam os demonstrativos financeiros para a tomada de decisão, reforçando a premissa de Ueno e Casa Nova (2006) de que o pequeno empresário que não possui informações sobre seus direitos e obrigações e, muito menos, das informações sobre a apuração do resultado entre as receitas e as despesas da empresa, estará fadado à falência como vem ocorrendo em massa nos últimos tempos. Mesmo assim, 75% dos proprietários dizem fazer um planejamento de receitas, custos e despesas.

Contudo, para estes autores, a maioria dos empresários julga a Contabilidade importante para a gestão dos negócios, mas que eles não possuem uma visão clara de como aplicar estas informações contábeis, o que constata-se nas respostas das questões anteriores, já que as informações necessárias para a realização do planejamento da empresa não foram atendidas.

Na quarta e última parte deste bloco, investigou-se o planejamento financeiro e como são os sistemas de controles destas empresas, conforme a Tabela 8 a seguir.

Tabela 8 – Planejamento financeiro e situação dos controles

QUESTÃO	ALTERNATIVA	RESPOSTAS	PERCENTUAL
Conhecimento do fluxo de caixa	Sim	94	93%
	Não	7	7%
Planejamento Financeiro	Sim	83	82%
	Não	18	18%
Retirada por meio do Pró-labore	Sim	40	40%
	Não	61	60%
Consulta para o controle financeiro	Sim	54	53%
	Não	47	47%
Classificação dos sistemas de controles administrativos e/ou financeiros	Ótimos	14	14%
	Bons	55	54%
	Regulares	27	27%
	Fracos	2	2%
	Inexistentes	3	3%
Utiliza as informações contábeis	Sim	38	38%
	Não	63	62%

Fonte: Dados da Pesquisa (2015).

Com a Tabela 8, percebe-se que 93% dos responsáveis pela Administração Financeira das empresas dizem conhecer o fluxo de caixa das mesmas. Ressalta-se que, de acordo com os dados obtidos nas questões anteriores, não é possível prever se haverá excedentes ou escassez de recursos, impossibilitando uma boa gestão dos mesmos para reduzir o risco de insolvência da organização, sendo necessário que haja um controle, por menor que seja, das contas de recebimento e pagamento e, conforme verificado, não há este controle. Porém, 83 gestores garantem que existe um planejamento financeiro na empresa.

Assim, concorda-se com Ueno e Casa Nova (2006) que os empreendedores sabem da importância do planejamento, mas que eles necessitam de ajuda para colocá-los em prática. Somente com este auxílio, as teorias administrativas e contábeis poderão ser exercidas efetivamente.

Partindo-se para as questões finais, verificou-se que 60% dos proprietários das empresas não fazem sua retirada de dinheiro da empresa única e exclusivamente através do pró-labore, retirando dinheiro em qualquer momento em que precisam de recursos. Estes dados são, provavelmente, caracterizados por se tratarem, de maneira geral, de empresas de estrutura familiar e centralizada, de acordo com Oliveira *et al.* (2000). Ressalta-se que tal comportamento pode prejudicar o fluxo de caixa da empresa e acarretar em sérios problemas.

Posteriormente, verificou-se que 53% dos gestores consultam algum tipo de controle particular, elaborado por ele, onde apenas 5 informaram o tipo de consulta realizada, a saber: um utiliza a planilha do fluxo de caixa; outra verifica se haverá caixa disponível; a terceira analisa o controle de contas a pagar; a quarta consulta a opinião do proprietário; e a última verifica o saldo de contas a pagar e o saldo do movimento anual. Apesar de não saber como os outros 49 gestores fazem este tipo de consulta, percebe-se com as respostas fornecidas que os instrumentos utilizados são importantes, mas só funcionarão se os dados da empresa forem consistentes.

Apesar de 93% dos responsáveis pela administração financeira dizerem conhecer o fluxo de caixa das mesmas e 82% relatarem que existe um planejamento financeiro na empresa, apenas 75% afirmam colocar em prática estas informações, fazendo um planejamento de receitas, custos e despesas.

Finalmente, constatou-se que 54% dos gestores classificam os sistemas de controles administrativos e/ou financeiros da sua empresa como bons e que 62% sabem que não utilizam as informações contábeis para tomada de decisões. Ueno e Casa Nova (2006) entendem que existe a conscientização de que as micro e pequenas empresas ainda precisam melhorar seus controles.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho buscou-se identificar as características de controle financeiro das micro e pequenas empresas - MPEs do município de Três Corações. Para tanto, foi realizado um estudo descritivo, utilizando-se da aplicação de um questionário em uma amostra de 101 MPEs.

Observa-se com este trabalho que apesar da maioria dos empreendedores entenderem da importância do controle financeiro para seus empreendimentos, muitos não utilizam os procedimentos necessários para garantir a eficácia de sua tomada de decisões para o futuro das empresas, como as retiradas de exclusivamente por meio do pró-labore, o que gera descontrole do caixa, podendo, até mesmo, facilitar erros de registros ou desvios de dinheiro.

Percebe-se, também, com o estudo realizado, que alguns gestores não possuem um controle de recebimento de vendas e de contas a pagar, gerando problemas de liquidez do caixa da empresa caso algum cliente não pague suas dívidas no prazo correto, já que muitos administradores não fazem uma boa conciliação entre seu prazo máximo de pagamento de fornecedores e o prazo concedido aos clientes. Além disto, esta falta de controle com as contas a receber, facilita o aumento do índice de clientes insolventes e pode gerar informações incoerentes para a elaboração do fluxo de caixa.

Por outro lado, a valorização das vendas à vista e do cartão de crédito como principais formas de pagamentos evidenciam que existe sim uma preocupação em atender a necessidade de capital de giro das empresas e em prevenir do risco da inadimplência dos clientes.

Sendo assim, acredita-se que para as micro e pequenas empresas obterem sucesso no mercado, é preciso que haja uma maior conscientização sobre a importância do controle financeiro, já que os gestores das empresas deste porte ainda precisam de auxílio na aplicação dos planejamentos administrativos e financeiros e, por isto, estudos nesta área ainda são pertinentes.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. F.; SANTOS, G. P.; BARRETO, M. O. R. A utilização da contabilidade de custos como ferramenta para o fortalecimento de uma micro empresa do segmento de confecção em Fortaleza. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 19., São Leopoldo/RS: Associação Brasileira de Custos, 2012. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/download/203/203>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - BNDES. **Porte de Empresa**. 2015. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 04 jul. 2015.

BRAGG, S. M.; BURTON, E. J. Basic Control Systems. In: **Accounting and Finance for your small business**. 2. ed. 2006. pp. 77 – 81.

BRASIL. Casa Civil. **Lei complementar 123 de 14 de Dezembro de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Retrato do endividamento no Brasil**. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/tv-cnc/tv-cnc-retrato-do-endividamento-no-brasil>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

EVERTON JUNIOR, A. **O avanço das micros e pequenas empresas**. 2014. Disponível em: < <http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/artigos/economia/o-avanco-das-micros-e-pequenas-empresas>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FECOMÉRCIO-MG. **Inadimplência e contabilidade**. Disponibiliza informações sobre o que pode ser feito para evitar a inadimplência. Disponível em: < <http://www.fecomerciomg.org.br/2014/11/inadimplencia-e-contabilidade/>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

FRIEDRICH, J.; BRONDANI, G. Fluxo de Caixa: sua importância e aplicação nas empresas. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, v. II, n. 2, jun-nov. 2005. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/view/115/3963>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 3. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

KOS, S. R.; ANJOS; R. P.; ESPEJO M.M. S. B. ; RAIFUR L . Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE DA USP, 11., São Paulo, 2011. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < <http://www.dcc.uem.br/enfoque/new/enfoque/data/1370283912.doc>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

MATIAS, A. B.; DAUBERMANN, E. C.; PIMENTA, A. B. M.. **Inadimplente não é insolvente: um estudo de caso com a instituição de microcrédito Crescer – Crescer Solidário**. 2006. Disponível em: < <http://mixmarket.org/sites/default/files/medialibrary/20501.2282/>>

artigo__Crescer.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

NASCIMENTO, E. M.; DA CUNHA, J. V. A.; BARBOSA, R. R. Sistema de Informação Financeira de micro e pequenas empresas: um estudo mm Uberlândia/MM. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 2, n. 2, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rcc/article/view/19375/13336>>. Acesso em: 24 set. 2014.

OLIVEIRA, A. G.. **Uma contribuição ao estudo da contabilidade como sistema de informação ao processo de gestão das micro e pequenas empresas: uma pesquisa no estado do Paraná**. 2004. 234f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87279>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

OLIVEIRA, A. G.; MULLER, A. N.; NAKAMURA, W. T. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3. n. 3. p. 1-12, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.unifae.br/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n3/a_utilizacao_das_informacoes.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

RITTENBERG, L.; JOHNSTONE, K.; GRAMLING, A.. Internal Control over Financial Reporting. In: **Auditing: A Business Risk Approach**. 8. ed. Canadá: South-Western: Cengage Learning, 2012. pp. 204-265.

SALES, T. P.; MEIRELLES JUNIOR; J. C. **Gestão em Micro empresas**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), 10., Resende/RJ, 2013. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/58018715.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Critérios de classificação de Empresas: EI - ME – EPP**. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=4154>> Acesso em: 29 mar. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

UENO, Rodrigo B.; CASA NOVA, Silvia Pereira. Um estudo sobre a percepção do micro e pequeno empresário sobre a importância da contabilidade no processo de tomada de decisão. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 9., São Paulo, 2006. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/377.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2015.

VIANNA, A. F.; GONÇALVES, J. P. G.. Análise do Perfil da Gestão Financeira Realizada Pelas Micro e Pequenas Empresas da Cidade de Itajubá. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT), 8., Resende/RJ, 2011. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/31814297.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

ZOUAIN, D. M.; FERREIRA, C. C.; MACEDO, M. A. S.; SANT'ANNA, P. R.; LONGO, O. C.; BARONE, F. M.. Gestão de capital de giro: contribuição para as micro e pequenas empresas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 863-884, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2014.